


A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU, com o objetivo de divulgar o resultado do julgamento de matérias controvertidas, disponibiliza, a seguir, quadro informativo, do qual constam os processos que foram julgados conforme o Regimento Interno da TNU.

O julgamento dos incidentes resulta na devolução dos demais recursos que versem sobre o mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que mantenham a decisão recorrida ou promovam a sua adequação às premissas jurídicas firmadas no âmbito da TNU.

### TEMAS REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA


TEMA	MATÉRIA CONTROVERTIDA	PROCESSO	DECISÃO PRESIDENTE	SITUAÇÃO	JULGAMENTO TNU
1.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999. ART. 29 II DA LEI 8.213/91. MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES S-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSAIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO.	<a href="#">PEDILEF nº 2009.51.51.06 6212-3/ RJ</a>	<a href="#">Decisão DOU de 17/06/2011</a>	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 16/09/2011</a>
2.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA	<a href="#">PEDILEF nº 2006.82.01.50 5208-4/ PB</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 30/09/2011</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS


	<p>IDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CERTIDÃO DE CASAMENTO. EXTEMPORANEIDADE DOCUMENTO DOTADO DE FÉ PÚBLICA. VALIDADE. PRECEDENTES NESTA TNU. PEDIDO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO</p>				
3.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CONTEMPORÂNEA. EXISTÊNCIA. EFICÁCIA PROBATÓRIA EXTENSÍVEL POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS Nº 14 E 20/TNU. INCIDENTE PROVIDO EM PARTE</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2005.81.10.00 1065-3/ CE</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 04/10/2011</a></p>
4.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. ALTA PROGRAMADA. NEGATIVA ADMINISTRATIVA CONFIGURADA. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO. INCIDENTE PROVIDO</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2007.70.50.01 6551-5/ PR</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 04/10/2011</a></p>
5.			-----	TEMA JULGADO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE LABOR RURAL NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO IMPLEMENTO DA IDADE OU AO REQUERIMENTO. EXIGIBILIDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 2006.71.95.01 8143-8/ RS</a>			<a href="#">Acórdão DOU de 04/10/2011</a>
<b>6.</b>	DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUSEX/FUNSA/FUSMA. NATUREZA TRIBUTÁRIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES SUJEITA A PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL, NA FORMA DO INCISO I DO ART. 168 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.	<a href="#">PEDILEF nº 2005.71.52.00 3235-6/ RS</a>	-----	TEMA JULGADO (TEMA TRATADO NO REPETITIVO Nº 1.086.382/RS NO STJ)	<a href="#">Acórdão DOU de 07/10/2011</a>
<b>7.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHA MAIOR UNIVERSITÁRIA. PRORROGAÇÃO ATÉ A CONCLUSÃO DO CURSO. IMPOSSIBILIDADE INCIDENTE PROVIDO.	<a href="#">PEDILEF nº 2005.63.11.00 6938-1/ SP</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 07/10/2011</a>
<b>8.</b>	DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDA	<a href="#">PEDILEF nº 2004.32.00.71 1706-3/ AM</a>	-----	TEMA JULGADO (SÚMULA 54/STJ)	<a href="#">Acórdão DOU de 14/10/2011</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DE CIVIL EXTRACONTRATU AL. DANO MORAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO.				
9.	DIREITO ADMINISTRATIVO . SERVIDOR PÚBLICO. INDENIZAÇÃO DE CAMPO. ART. 15 DA LEI Nº. 8.270/91. DECRETO Nº. 5.554/05. ADICIONAL DE DESLOCAMENTO INCIDENTE SOBRE O VALOR DAS DIÁRIAS. REAJUSTAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA.	<a href="#">PEDILEF nº 0027714- 87.2007.4.01.3 600/MT</a>	----- ----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 21.10.2011</a>
10.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS). RENOVAÇÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO , APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS. ENTENDIMENTO RESTRITIVO QUE NÃO SE MANTÉM. AUSÊNCIA DE BASE LEGAL. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO.	<a href="#">PEDILEF nº 0504108- 62.2009.4.05.8 200/PB</a>	<a href="#">Decisão DOU de 17/06/11</a>	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 21/10/2011</a>
11.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO- MATERNIDADE. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA	<a href="#">PEDILEF nº 2009.32.00.70 4394-5/ AM</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 28/10/2011</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS


	MATERIAL. CONTEMPORANEI DADE. FLEXIBILIZAÇÃO.				
<b>12.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ALUNO APRENDIZ. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM ESCOLA TÉCNICA FEDERAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIO S. COMPROVADA REMUNERAÇÃO INDIRETA.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.50.51.00 0239-6/ ES</a>	-----		<a href="#">Acórdão DOU de 28/10/2011</a>
<b>13.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CÔMPUTO DE TEMPO ESPECIAL. OMISSÃO DA AUTARQUIA. CONFIGURAÇÃO. EQUIVALÊNCIA À NEGATIVA TÁCITA. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PEDIDO DE REVISÃO.	<a href="#">PEDILEF nº 2009.72.51.00 0312-4/SC</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 28/10/2011</a>
<b>14.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. LAUDO PERICIAL EXTEMPORÂNEO. INAFASTABILIDA DE DA NATUREZA PROBATÓRIA.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.72.59.00 3073-0/ SC</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 28/10/2011</a>
<b>15.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE ESPOSA E CONCUBINA.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.72.95.00 1366-8/ SC</a>	----- ----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 28/10/2011</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	IMPOSSIBILIDADE . RELAÇÃO EXTRACONJUGAL PARALELA AO CASAMENTO. AUSÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. INCIDENTE PROVIDO.				
<b>16.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO . PROGRESSÃO FUNCIONAL. CARREIRA POLICIAL FEDERAL. REQUISITOS FIXADOS POR DECRETO. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS À DATA EM QUE COMPLETADO O QUINQUÊNIO DE EXERCÍCIO DO CARGO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.	<a href="#">PEDILEF nº 0501999- 48.2009.4.05.8 500/ SE</a>	<a href="#">Decisão DOU de 12/09/2011</a>	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 28/10/2011</a>
<b>17.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO- MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. RELATIVIZAÇÃO DO INÍCIO DE PROVA MATERIAL DOS TRABALHADORES ATENDIDOS PELOS JUIZADOS ITINERANTES DO AMAZONAS. PERCEPÇÃO DE RENDA DE ORIGEM URBANA POR INTEGRANTE DO GRUPO FAMILIAR. INCIDÊNCIA DA	<a href="#">PEDILEF nº 2009.32.00.70 4394-5/ AM</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 28/10/2011</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	SÚMULA 41 DA TNU.				
<b>18.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CERTIDÃO DO INCRA EM NOME DO PAI DO SEGURADO. ADMISSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE ABRANGER TODO O PERÍODO DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE DE CÔMPUTO DE TRABALHO EXERCIDO A PARTIR DOS 12 ANOS DE IDADE, ANTES DA PROMULGAÇÃO DA LEI N.º 8.213/91. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 6/TNU. INCIDENTE PROVIDO.	<a href="#">PEDILEF nº 2009.71.95.00 0509-1/RS</a>	-----	TEMA JULGADO (SÚMULAS 5 E 14/TNU)	<a href="#">Acórdão DOU de 28/10/2011</a>
<b>19.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. QUALIDADE DE SEGURADO. PRORROGAÇÃO. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO EM CTPS. SÚMULA 27 DA TNU.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.33.00.70 0541-2/BA</a>	-----	TEMA JULGADO (PET 7115/SP NO STJ)	<a href="#">Acórdão DOU de 18/11/2011</a>
<b>20.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO . SERVIDOR PÚBLICO. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS DE	<a href="#">PEDILEF nº 2006.71.50.00 4837-5/RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 18/11/2011</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	<p>ANUËNIOS E LICENÇA PRÊMIO. MEDIDA PROVISÓRIA 1.962-25/2000. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA. NÃO OCORRÊNCIA.</p>				
21.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. PREENCHIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS LEGAIS: IDADE E “CARÊNCIA”. EXIGIBILIDADE. PET 7476/PR.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2006.71.95.00 8818-9/ RS</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 18/11/2011</a></p>
22.	<p>DIREITO ADMINISTRATIVO . ATIVIDADE ESPECIAL. PROFESSOR. RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO COMO ESPECIAL, CONFORME PREVÊ O DECRETO N.º 53.831 / 64, E SUA CONVERSÃO EM TEMPO COMUM, MESMO APÓS A EC 18 / 81 E ATÉ A LEI 9032 / 95. TEMPUS REGIT ACTUM. IMPOSSIBILIDADE DE RETROAÇÃO DAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 9.032 / 95.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2006.70.54.00 0056-9/ PR</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 18/11/2011</a></p>
23.	<p>PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2008.72.50.00 3366-8/ SC</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 18/11/2011</a></p>


 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS




	<p>ESPECIAL. DE ECONOMIA FAMILIAR. TRABALHO URBANO DO MARIDO DA AUTORA E NEM MESMO A PAGA POSTERIOR, EM FACE DE SEPARAÇÃO, DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, NÃO DESCARACTERIZA, POR SI SÓ, O REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 41 DESTA TURMA NACIONAL. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU.</p>				
24.	<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELO INSS. RENÚNCIA TÁCITA AO LIMITE DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS. IMPOSSIBILIDADE . SÚMULA 17 DA TURMA NACIONAL. GARANTIA CONSTITUCIONAL DA COISA JULGADA. NÃO PROVIMENTO.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2007.33.00.70 7664-3/ BA</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 25/11/2011</a></p>
25.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁLCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2005.82.00.50 5195-9/ PB</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 25/11/2011</a></p>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS


	MORTALIDADE DE 2002. INAPLICABILIDADE E AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)				
<b>26.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. RECONHECIMENTO DA QUALIDADE DE SEGURADO PELO SIMPLES EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INFORMAL. REGULARIZAÇÃO POST MORTEM DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES. IMPOSSIBILIDADE . INCIDENTE PROVIDO.	<a href="#">PEDILEF nº 2005.63.02.01 3290-9/ SP</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 09/12/2011</a>
<b>27.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. CARÊNCIA. TABELA PROGRESSIVA DO ART. 142 DA LEI Nº 8.213/91. MARCO TEMPORAL DA APURAÇÃO DA CARÊNCIA. ANO EM QUE SEGURADO COMPLETA IDADE	<a href="#">PEDILEF nº 0022551-92.2008.4.01.3 600/ MT</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 09/12/2011</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	MÍNIMA. POSSIBILIDADE				
<b>28.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TEMA DA APLICAÇÃO PRETÉRITA DA LEI Nº 9.032/1995. IMPOSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA, DOGMA CONSTITUCIONAL . MANUTENÇÃO DA SENTENÇA, PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA, COM RESPEITO ÀS DECISÕES JÁ TRANSITADAS EM JULGADO ANTES DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELA SUPREMA CORTE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.	<a href="#">PEDILEF nº 2007.72.95.00 8821-4/ SC</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 19/12/2011</a>
<b>29.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. EMPREGADA DOMÉSTICA. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIA S.RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.70.50.01 8498-8/ PR</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 19/12/2011</a>
<b>30.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO E APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. VALORES PERCEBIDOS POR	<a href="#">PEDILEF nº 2007.39.00.70 2919-1/ PA</a>	-----	<b>EM REVISÃO NOVO REPRESENTATIVO (TEMA 123)</b>	<a href="#">Acórdão DOU de 19/12/2011</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	FORÇA DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO. DEVOLUÇÃO.				
31.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. SEGURADO DESEMPREGADO POR OCASIÃO DO RECOLHIMENTO À PRISÃO. ENQUADRAMENTO. CONCEITO DE BAIXA RENDA. CONSIDERAÇÃO DO ÚLTIMO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO.	<a href="#">PEDILEF nº 2007.70.59.00 3764-7/PR</a>	-----	<b>EM REVISÃO</b> <b>NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 133)</b>	<a href="#">Acórdão DOU de 19/12/2011</a>
32.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TEMA DO INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA CARACTERIZAR ATIVIDADE DE AGRICULTOR. CERTIDÃO DE ÓBITO. PARCIAL PROVIMENTO DO INCIDENTE	<a href="#">PEDILEF nº 2007.83.04.50 1228-9/ PE</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 19/12/2011</a>
33.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. SÓCIO-GERENTE. EXISTÊNCIA DE HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA DA EXPOSIÇÃO DEVE SER PRESUMIDA QUANDO SE TRATAR DE AGENTE NOCIVO RUÍDO, DEVIDAMENTE	<a href="#">PEDILEF nº 2009.71.95.00 1907-7/ RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 09/03/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS


	COMPROVADO POR LAUDO TÉCNICO.				
34.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. LOAS. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES DA TNU.	<a href="#">PEDILEF nº 0013826-53.2008.4.01.3 200/AM</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 09/03/2012</a>
35.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. CONTAGEM RECÍPROCA EM REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO DE SERVIDORES PÚBLICOS. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIA S. NECESSIDADE DE INDENIZAÇÃO.	<a href="#">PEDILEF nº 2006.70.51.00 4519-8/ SP</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 23/03/2012</a>
36.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. DESNECESSIDADE	<a href="#">PEDILEF nº. 005286257200 84036301/ SP</a>	-----	TEMA JULGADO (Súmula 77/TNU)	<a href="#">Acórdão DOU de 23/03/2012</a>
37.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 0500000-29.2005.4.05.8 103/ CE</a>	-----	TEMA JULGADO (SÚMULA 46/TNU)	<a href="#">Acórdão DOU de 30/03/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE RURAL DESCONTÍNUA. ATIVIDADE URBANA INTERCALADA. POSSIBILIDADE.				
<b>38.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REINGRESSO NO RGPS. INCAPACIDADE PRÉ-EXISTENTE. VEDAÇÃO LEGAL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.	<a href="#">PEDILEF nº 2009.33.00.70 5098-0/ BA</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 13/04/2012</a>
<b>39.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO – PENSÃO POR MORTE DE FALECIDO QUE NÃO DETINHA QUALIDADE DE SEGURADO NEM FAZIA JUS NA ÉPOCA DO ÓBITO À APOSENTADORIA POR IDADE RURAL – CARÊNCIA CUMPRIDA MAS COM REQUISITO ETÁRIO INADIMPLIDO – IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO – INCIDENTE DO INSS CONHECIDO E PROVIDO	<a href="#">PEDILEF nº 0506910-51.2005.4.05.8 013 SP</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 20/04/2012</a>
<b>40.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REINGRESSO.	<a href="#">PEDILEF nº 0010516-35.2006.4.03.6 310/ SP</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 20/04/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. INCIDENTE IMPROVIDO.				
<b>41.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL E AVERBAÇÃO DE LABOR RURAL. FATOR PREVIDENCIÁRIO DE CONVERSÃO 1,4 (HUM VÍRGULA QUATRO). PROVIMENTO.	<a href="#">PEDILEF nº 2007.72.95.00 3208-7/ SC</a>	-----	TEMA JULGADO (PET 7209/SC, NO STJ)	<a href="#">Acórdão DOU de 27/04/2012</a>
<b>42.</b>	CÍVEL. FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO.	<a href="#">PEDILEF nº 2005.63.03.01 7154-7/ SP</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 04/05/2012</a>
<b>43.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO REMOÇÃO A PEDIDO. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. DIREITO À AJUDA DE CUSTO.	<a href="#">PEDILEF nº 0505700-35.2009.4.05.8 300/ PE</a>	-----	<b>EM REVISÃO NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 141)</b>	<a href="#">Acórdão DOU de 25/05/2012</a>
<b>44.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO - GED - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA. LEI Nº 9.678/98, ALTERADA PELA MP 208/2004, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.087/2005. INEXISTÊNCIA,	<a href="#">PEDILEF nº 0021992-38.2008.4.01.3 600/ MT</a>	-----	<b>EM REVISÃO TEMA SOB ANÁLISE NO STJ (PET 9600/RS)</b>	<a href="#">Acórdão DOU de 25/05/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	<p>APÓS A INDICADA MODIFICAÇÃO LEGISLATIVA, DE CRITÉRIOS DE PRODUTIVIDADE QUE DÊEM ENSEJO À DIFERENCIAÇÃO ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. VIOLAÇÃO DA PARIDADE PREVISTA NO ART. 40, § 8º, NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA EC 20/98. RECONHECIMENTO DO DIREITO DOS INATIVOS A IGUAL PONTUAÇÃO DEFERIDA AOS ATIVOS (140 PONTOS) NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º/05/2004 E 29/02/2008.</p>				
45.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EX-ESPOSA QUE NÃO PERCEBE ALIMENTOS. EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NECESSIDADE ECONÔMICA SUPERVENIENTE.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2006.84.00.50 9436-0/ RN</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 25/05/2012</a></p>
46.	<p>DIREITO ADMINISTRATIVO . FGTS. LEVANTAMENTO DE SALDO DA CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE IMÓVEL FINANCIADO FORA DAS</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2004.61.85.02 6071-7/ SP</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 25/05/2012</a></p>


 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS




	REGRAS DO SFH. POSSIBILIDADE. ROL DO ART. 20 DA LEI N. 8.036/90 MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO. PRECEDENTES DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.				
47.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SEGURADO FALECIDO NO CURSO DA LIDE. LEGITIMIDADE DOS HERDEIROS PARA PROSEGUIR NO POLO ATIVO DO FEITO. INCIDENTE PROVIDO.	<a href="#">PEDILEF nº 0014195-33.2007.4.03.6302/ SP</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 25/05/2012</a>
48.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. FURTO DE VEÍCULO EM ESTACIONAMENTO DE UNIVERSIDADE PÚBLICA. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA. NECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE VIGILÂNCIA PARA SEGURANÇA DO ESTACIONAMENTO.	<a href="#">PEDILEF nº 0015812-76.2007.4.01.3200/ AM</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 01/06/2012</a>
49.	DIREITO ADMINISTRATIVO – FGTS. TAXA DE	<a href="#">PEDILEF nº 0011046-</a>	-----	TEMA JULGADO (RESP 1349059/SP)	<a href="#">Acórdão DOU de 01/06/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS


	JUROS PROGRESSIVOS. TRABALHADOR AVULSO. NÃO APLICAÇÃO.	<a href="#">70.2005.4.03.6311/SP</a>			
<b>50.</b>	DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE REMUNERAÇÃO DE MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À IMUNIDADE CONFERIDA AOS SEGURADOS DO RGPS E SERVIDORES. ART. 5º EC 41/03 - ART. 40 §18 CR 88.	<a href="#">PEDILEF nº 2010.51.51.04 0706-0/RJ</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 01/06/2012</a>
<b>51.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO – URP DE 16,19% (3,77%) - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO - ENTENDIMENTO DO E. STJ – PET. 7.154/RO - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO POR MOTIVO DIVERSO – ABSORÇÃO DO REAJUSTE E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA – INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO NOS VENCIMENTOS POSTERIORES	<a href="#">PEDILEF nº 2007.41.00.90 1730-7/RO</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 08/06/2012</a>
<b>52.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO	<a href="#">PEDILEF nº 0505148-</a>	----- -----	TEMA JULGADO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	<p>SERVIDOR MILITAR INATIVO. ADICIONAL DE INATIVIDADE. SUPRESSÃO. MP Nº 2.131/2000. LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE E DE PROVENTOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. INCIDENTE PROVIDO.</p>	<p><a href="#">18.2010.4.05.8500/ SE</a></p>			<p><a href="#">Acórdão DOU de 08/06/2012</a></p>
53.	<p>PREVIDENCIÁRIO. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. ATIVIDADE ESPECIAL. POSSIBILIDADE, EM TESE, DE CONFIGURAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL, A DEPENDER DO CASO CONCRETO.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2009.71.95.001828-0/ RS</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 21/06/2012</a></p>
54.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO RURAL PARA FINS DE CARÊNCIA. MENOR DE 16 ANOS. CÔNJUGE OU COMPANHEIRO DE PRODUTOR RURAL OU PESCADOR ARTESANAL.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2009.70.61.000792-5/ PR</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 27/06/2012</a></p>
55.	<p>DIREITO CIVIL. FGTS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. JUROS MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 0355079-05.2005.4.03.6301/ SP</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 29/06/2012</a></p>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DE CUMULAÇÃO COM JUROS REMUNERATÓRIOS. INCIDENTE PROVIDO.				
<b>56.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ENGENHEIRO. ATIVIDADE ENQUADRADA NOS ANEXOS DOS DECRETOS 53831/64 E 83.080/79. POSSIBILIDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 0505355-94.2008.4.05.8400/RN</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 29/06/2012</a>
<b>57.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA.	<a href="#">PEDILEF nº. 0508032-49.2007.4.05.8201/PB</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 06/07/2012</a>
<b>58.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO. LIMITE DE TOLERÂNCIA NO PERÍODO DE 6/3/1997 A 18/11/2003. RETROATIVIDADE DO DECRETO Nº 4.882/2003. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO TÉCNICO AMBIENTAL.	<a href="#">PEDILEF nº 2009.72.64.000900-0/ SC</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 06/07/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS


59.	DIREITO ADMINISTRATIVO . SEGURO DESEMPREGO. PESCADOR ARTESANAL. PERÍODO DE DEFESO. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS. COMPROVANTE DE PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INDISPENSABILIDADE. LEI Nº 10.779/03.	<a href="#">PEDILEF nº 0001737-16.2010.4.02.5167/RJ</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 13/07/2012</a>
60.	DIREITO ADMINISTRATIVO . REMOÇÃO “A PEDIDO”. ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. AJUDA DE CUSTO.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.37.00.701597-0/MA</a>	-----	<b>EM REVISÃO NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 129)</b>	<a href="#">Acórdão DOU de 20/07/2012</a>
61.	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE AUXÍLIO-CRECHE. VERBA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.70.50.025460-7/PR</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 27/07/2012</a>
62.	DIREITO ADMINISTRATIVO . SEGURO-DESEMPREGO. FIXAÇÃO DE PRAZO MÁXIMO PARA REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO (120 DIAS APÓS A DATA DA DISPENSA). RESOLUÇÃO Nº. 467/2005 DO CODEFAT.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.50.50.002994-0/ES</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 27/07/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	LEGALIDADE. FENÔMENO DA DESLEGALIZAÇÃO.				
63.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL POSTERIOR À LEI Nº. 8.213/91. CÔMPUTO PARA EFEITOS DE CARÊNCIA. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FACULTATIVAS. NECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDADA. ARTS. 7º VII, "A" E 15, §§ 1º E 3º, DA RESOLUÇÃO CJF Nº. 22 DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 (RI/TNU).	<a href="#">PEDILEF nº 2007.50.50.00 9140-9/ ES</a>	----- ----	TEMA JULGADO DEFINITIVAMENTE	<a href="#">Acórdão DOU de 27/07/2012</a>
64.	DIREITO TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELA DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). ART. 40, § 13º, CF/88 C.C. ART. 28, INC. I, LEI 8.212/91. VALIDADE. LEGALIDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 2009.72.54.00 5939-9/SC</a>	<a href="#">Decisão DOU de 25/04/2012</a>	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 27/07/2012</a>
65.	DIREITO TRIBUTÁRIO. PENSÃO ALIMENTÍCIA. DEDUÇÃO DA	<a href="#">PEDILEF nº 0509841-25.2008.4.05.8 400/ RN</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 27/07/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA. SEJA DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL OU NÃO. DESDE QUE DEVIDAMENTE COMPROVADA.				
66.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO COMO SEMINARISTA EM CONGREGAÇÃO RELIGIOSA. POSSIBILIDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 2007.71.57.00 7081-7/ RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 27/07/2012</a>
67.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DERIVADA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DIREITO DE REVISÃO. PRAZO DECADENCIAL AUTÔNOMO. CÔMPUTO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DA PENSÃO. INCIDENTE IMPROVIDO.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.50.51.00 1325-4/ ES</a>	-----	<b>EM REVISÃO NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 125)</b>	<a href="#">Acórdão DOU de 27/07/2012</a>
68.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EQUIPARAÇÃO ENTRE TRATORISTA E MOTORISTA. POSSIBILIDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 2009.50.53.00 0401-9/ ES</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 17/08/2012</a>
69.	DIREITO ADMINISTRATIVO . SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL.	<a href="#">PEDILEF nº 2007.71.52.00 4219-0/ RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 31/08/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	ADICIONAL POR SERVIÇO PÚBLICO EXTRAORDINÁRIO (HORA EXTRA). DIVISOR: 200 HORAS MENSAIS.				
<b>70.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA PORTADOR DE VÍRUS HIV (AIDS) ASSINTOMÁTICO. INCAPACIDADE DE PROVER A PRÓPRIA MANUTENÇÃO. CONSIDERAÇÃO DE CONDIÇÕES SÓCIO-CULTURAIS ESTIGMATIZANTE . NECESSIDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 0503863-51.2009.4.05.8103/CE</a>	-----	TEMA JULGADO (SÚMULA 78/TNU)	<a href="#">Acórdão DOU 31/08/2012</a>
<b>71.</b>	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. BIS IN IDEM. RESTITUIÇÃO PELA VIA DO PRECATÓRIO. OPÇÃO DO CONTRIBUINTE. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRESTAÇÕES VINCENDAS DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL.	<a href="#">PEDILEF nº 2006.71.50.010101-8/RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 31/08/2012</a>
<b>72.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO.		-----	<b>EM REVISÃO</b>	


 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS




	DECADÊNCIA. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS 28/06/1997. PRAZO DECENAL.	<a href="#">PEDILEF nº 2010.71.56.00 0876-2/RS</a>		<b>NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 135)</b>	<a href="#">Acórdão DOU de 31/08/2012</a>
<b>73.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. CONCEITO DE NÚCLEO FAMILIAR, PARA AFERIÇÃO DA RENDA PER CAPITA. EXCLUSÃO DA RENDA DO FILHO MAIOR DE 21 ANOS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 20, § 1º DA LEI Nº. 8.742/93 (LOAS) COM A REDAÇÃO ANTERIOR À LEI Nº. 12.435/2011.	<a href="#">PEDILEF nº 2006.63.01.05 2381-5/SP</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 31/08/2012</a>
<b>74.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA PARA A SEGURIDADE SOCIAL. EMPREGADO EM GOZO DE AUXÍLIO-DOENÇA. PRIMEIROS 15 DIAS DE AFASTAMENTO. NÃO-INCIDÊNCIA.	<a href="#">PEDILEF nº 2006.71.57.00 1297-7/RN</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 31/08/2012</a>
<b>75.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DE VIÚVA DE SERVIDOR DA POLÍCIA FEDERAL.	<a href="#">PEDILEF nº 2006.71.56.00 0112-0/RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 31/08/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS


	<p>PRECEDENTE DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 5, TNU. DIVERGÊNCIA COMPROVADA. FALECIMENTO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 10.887/04. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DA VEDAÇÃO CONTIDA NO ART. 8º DA LEI Nº. 11.358/06. INCIDENTE PROVIDO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.</p>				
76.	<p>DIREITO ADMINISTRATIVO . SERVIDOR PÚBLICO. PAGAMENTO DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO COM CORREÇÃO MONETÁRIA. DIREITO RECONHECIDO. RENÚNCIA TÁCITA À PRESCRIÇÃO. PRAZO QUE VOLTA A CORRER POR INTEIRO.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2007.71.50.00 3828-3/ RS</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 21/09/2012</a></p>
77.	<p>DIREITO ADMINISTRATIVO . RESIDÊNCIA MÉDICA. BENEFÍCIOS. ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO. INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER MESMO COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 10.405/2002. CONVERSÃO EM PECÚNIA.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2010.71.50.02 7434-2/ RS</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 28/09/2012</a></p>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

78.	DIREITO ADMINISTRATIVO . APLICAÇÃO DA LEI Nº 6.994/82 PARA A LIMITAÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE ANUIDADE AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 2010.71.54.00 2862-7/ RS</a>	<a href="#">Decisão DOU de 13/08/2012</a>	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 28/09/2012</a>
79.	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. EXIGIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. ARTS. 7º VII, “A” E 15, §§ 1º E 3º DA RESOLUÇÃO CJF Nº. 22 DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 (RI/TNU).	<a href="#">PEDILEF nº 2010.70.62.00 0859-0/ PR</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU 05/10/2012</a>
80.	DIREITO TRIBUTÁRIO. ANISTIADO POLÍTICO. LEI N. 10.559/2002. CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DO EXÉRCITO – FUSEX. NÃO INCIDÊNCIA.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.70.50.02 7015-7/ PR</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU 05/10/2012</a>
81.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR IMPÚBERE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 198, I DO	<a href="#">PEDILEF nº 0508581-62.2007.4.05.8 200/ PB</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 11/10/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	CÓDIGO CIVIL E ARTIGO 79 DA LEI N. 8.213/91. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 74, II DA LEI N. 8.213/91. BENEFÍCIO DEVIDO DESDE O ÓBITO. PRECEDENTES DA TNU.				
82.	DIREITO ADMINISTRATIVO . PROGRESSÃO FUNCIONAL/PROMOÇÃO. ATO ÚNICO DE EFEITO CONCRETO. TERMO 'A QUO'. INTERSTÍCIO PARA AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO (DECADÊNCIA). QUINTQUENAL.	<a href="#">PEDILEF nº 2009.72.50.00 2288-2/ SC</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 17/10/2012</a>
83.	DIREITO ADMINISTRATIVO DIFERENÇAS DOS 11,98%. PERÍODOS DE JUN. 1994 a MAR. 1999 e DE FEV. 2000 a DEZ. 2001. VALORES RECONHECIDOS ADMINISTRATIVAMENTE. INTERRUPTÃO E REINÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. ADMINISTRAÇÃO NÃO PAGAMENTO DE DÍVIDA RECONHECIDA OU NÃO PRÁTICA DE ATO QUE DEMONSTRE O SEU DESINTERESSE NO PAGAMENTO. SUSPENSÃO	<a href="#">PEDILEF nº 2009.71.69.00 1108-4/ RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 26/10/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DO PRAZO PRESCRICIONAL.				
84.	DIREITO ADMINISTRATIVO . ABONO DE PERMANÊNCIA. PAGAMENTO NO PERÍODO ANTERIOR À MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DO SERVIDOR DE OPÇÃO PELA PERMANÊNCIA EM SERVIÇO, QUANDO REUNIDOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.	<a href="#">PEDILEF nº 2010.71.50.03 1885-0/ RS</a>	<a href="#">Decisão DOU de 09/08/2012</a>	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 26/10/2012</a>
85.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. CUMULAÇÃO. LESÃO INCAPACITANTE OCORRIDA ANTES DA EDIÇÃO DA LEI N. 9.528/97 E INÍCIO DA APOSENTADORIA POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE .	<a href="#">PEDILEF nº 2008.71.60.00 2693-3/ RS</a>	-----	TEMA JULGADO (SÚMULA 507/STJ)	<a href="#">Acórdão DOU de 26/10/2012</a>
86.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DEPENDENTE MENOR DE DEZESSEIS ANOS. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO ÓBITO. HABILITAÇÃO POSTERIOR DE CÔNJUGE SUPÉRSTITE. EFEITOS EX NUNC.	<a href="#">PEDILEF nº 2010.72.54.00 2923-3/ SC</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 26/10/2012</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	<p>PAGAMENTO INTEGRAL DO BENEFÍCIO AO FILHO MENOR ATÉ A HABILITAÇÃO TARDIA DO CÔNJUGE, SEM RESERVA DE QUOTA-PARTE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECID. ESTIPULAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS (SÚMULA Nº. 111, STJ). INCIDÊNCIA DA QO Nº. 2, TNU. ARTS. 7º VII, “A” E 15, §§ 1º E 3º DA RESOLUÇÃO CJF Nº. 22 DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 (RI/TNU).</p>				
<b>87.</b>	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO – VIGILANTE QUE PORTA ARMA DE FOGO – POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO COMO ESPECIAL SOMENTE ATÉ A EDIÇÃO DO DECRETO 2.172/97 DE 05/04/1997, DESDE QUE HAJA COMPROVAÇÃO DO USO DE ARMA DE FOGO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2009.72.60.00 0443-9/ SC</a></p>	<p>----- -----</p>	<p><b>EM REVISÃO</b></p> <p><b>NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 128)</b></p>	<p><a href="#">Acórdão DOU de 09/11/2012</a></p>

TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

<p><b>88.</b></p>	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE APOSENTADORIA. PROVENTOS PROPORCIONAIS. DOENÇA GRAVE. REVERSÃO PARA PROVENTOS INTEGRAIS. ARTIGO 186 DA LEI 8.112/1990 – ROL EXEMPLIFICATIVO.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2010.71.52.00 7392-5/ RS</a></p>	<p>-----</p>	<p>TEMA JULGADO</p>	<p><a href="#">Acórdão DOU de 30/11/2012</a></p>
<p><b>89.</b></p>	<p>DIREITO TRIBUTÁRIO. HONORÁRIOS PERICIAIS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2008.71.50.01 5818-9/ RS</a></p>	<p>-----</p>	<p>TEMA JULGADO</p>	<p><a href="#">Acórdão DOU de 30/11/2012</a></p>
<p><b>90.</b></p>	<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO PRETÉRITA DA LEI Nº 9.032/1995. IMPOSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA, PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA, COM RESPEITO ÀS DECISÕES JÁ TRANSITADAS EM JULGADO ANTES DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELA SUPREMA CORTE.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2008.32.00.70 2790-2/ AM</a></p>	<p>-----</p>	<p>TEMA JULGADO</p>	<p><a href="#">Acórdão DOU de 19/12/2012</a></p>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

91.	DIREITO TRIBUTÁRIO. IRPF. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE NÃO PORTADOR DE INCAPACIDADE OU INVALIDEZ. ISENÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.	<a href="#">PEDILEF nº 2010.71.65.00 1556-1/RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 07/01/2013</a>
92.	DIREITO ADMINISTRATIVO . DIÁRIAS. DESLOCAMENTO. CURSO DE CAPACITAÇÃO. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM. OUTRAS DESPESAS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.71.52.00 2370-8/RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 01/02/2013</a>
93.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO . SÚMULA 33/TNU.	<a href="#">PEDILEF nº 0028122-71.2004.4.03.6 302/SP</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 01/02/2013</a>
94.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. JULGAMENTO PELO RITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE	<a href="#">PEDILEF nº 2005.37.00.74 9443-3/MA</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 08/02/2013</a>


 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS




95.	DIREITO TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS. VERBAS INDENIZATÓRIAS. PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DA LC 118/2005. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.51.53.00 3747-3/ RJ</a>	-----	TEMA JULGADO (RE 566.621/RS)	<a href="#">Acórdão DOU de 08/02/2013</a>
96.	DIREITO ADMINISTRATIVO . ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LEI 8.270/91. VPNI. INAPLICABILIDADE DE PERCENTUAL DE AUMENTO DO VENCIMENTO BÁSICO. APLICABILIDADE DOS ÍNDICES DE REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.	<a href="#">PEDILEF nº 2006.71.52.00 2082-6/ RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 01/03/2013</a>
97.	DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA UNIÃO.	<a href="#">PEDILEF nº 0000734-43.2011.4.01.9330/ BA</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 22/03/2013</a>
98.	DIREITO TRIBUTÁRIO.	<a href="#">PEDILEF nº 0031579-</a>	-----	TEMA JULGADO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	TRABALHADOR AVULSO. FÉRIAS. NATUREZA INDENIZATÓRIA. POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO, DESDE QUE COMPROVADO QUE NÃO HOUVE O GOZO EM PERÍODO DE UM ANO. ÔNUS DA PROVA DO TRABALHADOR AVULSO.	<a href="#">43.2010.4.01.3 300/BA</a>			<a href="#">Acórdão DOU de 12/04/2013</a>
<b>99.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO . SERVIDOR. APOSENTADORIA. ATO COMPLEXO. REVISÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL. REGISTRO PELO TRIBUNAL DE CONTAS.	<a href="#">PEDILEF nº 2009.72.61.00 0746-2/SC</a>	-----	TEMA JULGADO (SÚMULA VINC. Nº 3)	<a href="#">Acórdão DOU de 17/04/2013</a>
<b>100.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A AGENTE NOCIVO DE FORMA HABITUAL E PERMANENTE APÓS A LEI Nº 9.032/95. ATIVIDADES DE LIMPEZA E DE SERVIÇOS GERAIS. AMBIENTE HOSPITALAR. PERÍODO ANTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 9.032/95. ESPECIAL. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 5002734- 80.2012.4.04.7 011/PR</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 23/04/2013</a>
<b>101.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO		-----	TEMA JULGADO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	<p>SERVIDOR PÚBLICO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL ANTERIOR À LEI Nº 8.112/90. REVISÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2006.51.51.05 6245-0/ RJ</a></p>			<p><a href="#">Acórdão DOU de 23/04/2013</a></p>
102.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO JUDICIAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. TERMO INICIAL DOS EFEITOS FINANCEIROS. RETROAÇÃO À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. IRRELEVÂNCIA DA INSUFICIÊNCIA DE DOCUMENTOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2009.72.55.00 8009-9</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 23/04/2013</a></p>
103.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO . SUSPENSÃO DO PRAZO. ART. 4º DO DECRETO N. 20.910/32. PRECEDENTE DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 0502234-79.2008.4.05.8 102/ CE</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 26/04/2013</a></p>
104.	<p>DIREITO ADMINISTRATIVO . PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA (GAE) REFERENTE AOS</p>	<p><a href="#">PEDILEF n. 0046988-50.2010.4.01.3 400/ DF</a></p>	<p><a href="#">Decisão DOU de 04/09/2012</a></p>	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 03/05/2013</a></p>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2008, NO PERCENTUAL DE 160% DO VENCIMENTO BÁSICO FIXADO NA LEI 11.907/2009, QUE ESTRUTUROU O PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA – PECFAZ.				
<b>105.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. FRUIÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO POR INCAPACIDADE. CONTAGEM PARA FINS DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE, DESDE QUE SEJA INTERCALADO COM PERÍODO CONTRIBUTIVO.	<a href="#">PEDILEF nº 0047837-63.2008.4.03.6301/SP</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 10/05/2013</a>
<b>106.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REVISÃO ADMINISTRATIVA NO CURSO DA DEMANDA. POSSIBILIDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 5000525-23.2012.4.04.7114/RS</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 07/06/2013</a>
<b>107.</b>	DIREITO TRIBUTÁRIO. PRODUTOR RURAL. PESSOA FÍSICA. EMPREGADOR DE MÃO-DE-OBRA SEM INSCRIÇÃO EM CNPJ POR QUALQUER MODALIDADE	<a href="#">PEDILEF nº 2010.72.56.004167-6/SC</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 14/06/2013</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS


	EMPRESARIAL. TRIBUTAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR EXTENSÃO DE ENTENDIMENTO DO QUE SEJA EMPRESA E PELA APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 15, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.212/91. INEXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO.				
<b>108.</b>	DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ROUBO DE MERCADORIA POSTADA. FORÇA MAIOR. EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.38.00.73 2849-3/ MG</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 20/09/2013</a>
<b>109.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. JUROS DE MORA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97 COM REDAÇÃO PELA LEI 11.960/2009. ÍNDICES DA CADERNETA DE POUPANÇA.	<a href="#">PEDILEF n. 0003060-22.2006.4.03.6 314/ SP</a>	-----	<b>EM REVISÃO</b> <b>TEMA SOB ANÁLISE NO STF (RE Nº 870.947/SE)</b>	<a href="#">Acórdão DOU de 09/10/13</a>
<b>110.</b>	PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EX-FERROVIÁRIO DA EXTINTA RFFSA. REGIME DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES PREVISTO NA LEI 8.186/91.	<a href="#">PEDILEF nº 2008.70.59.00 1393-3/ PR</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 18/10/2013</a>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE CONCEDIDOS ANTES DA LEI 9.032/95. RENDA MENSAL INFERIOR AO BENEFÍCIO PERCEBIDO PELO SEGURADO. EQUIPARAÇÃO AOS SALÁRIOS PAGOS AOS SERVIDORES DA ATIVA. POSSIBILIDADE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.				
<b>111.</b>	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO EM ATRASO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA.	<a href="#">PEDILEF nº 5000554-76.2012.4.04.7113/RS</a>	-----	<b>EM REVISÃO</b>  <b>TEMA SOB ANÁLISE NO STF (RE Nº 855.091/RS)</b>	<a href="#">Acórdão DOU de 04/11/2013</a>
<b>112.</b>	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS RECEBIDAS DE ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA A TÍTULO DE INCENTIVO À MIGRAÇÃO DE PLANO. INEXISTÊNCIA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO. INCIDÊNCIA DA EXAÇÃO.	<a href="#">PEDILEF nº 0015738-22.2007.4.01.3200/AM</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 04/11/2013</a>
<b>113.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO.		-----	TEMA JULGADO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	<p>SALÁRIO MATERNIDADE. DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO DENTRO DO PERÍODO DE ESTABILIDADE. PAGAMENTO DEVIDO. RESPONSABILIDADE DO BENEFÍCIO A CARGO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. PROTEÇÃO À MATERNIDADE. ART. 6º, CAPUT, E ART. 201, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIVERGÊNCIA CONFIGURADA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2010.71.58.00 4921-6/RS</a></p>			<p><a href="#">Acórdão DOU de 18/11/2013</a></p>
114.	<p>PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO INVÁLIDO. TITULAR DE RENDA PRÓPRIA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ART. 16, § 4º, DA LEI 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 0500518-97.2011.4.05.8300/PE</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 06/12/2013</a></p>
115.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. NATUREZA DE RURÍCOLA DEFINIDA PELA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO TRABALHADOR E</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 2009.39.00.70 1490-8/PA</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 14/01/2014</a></p>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	NÃO DO EMPREGADOR.				
<b>116.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE A MARIDO SOBREVIVENTE. MORTE DA ESPOSA EM DATA ANTERIOR A 05/10/1988. IMPOSSIBILIDADE DECRETO 89.312/84 VEDA VA A HIPÓTESE E NÃO ENCONTRAVA ÓBICE NO TEXTO CONSTITUCIONAL VIGENTE. A HIPÓTESE SOMENTE PASSA A SER AMPARADA PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL A MARIDOS NÃO INVÁLIDOS A CONTAR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. PARADIGMA APONTADO VÁLIDO, MAS DISSONANTE DA POSIÇÃO TRADICIONAL DA JURISPRUDÊNCIA, JÁ HÁ TANTO PACIFICADA, SOBRE O TEMA. PEDILEF CONHECIDO E NÃO PROVIDO.	<a href="#">PEDILEF nº 0507408-95.2010.4.05.8200/CE</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 14/02/2014</a>
<b>117.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA – MP 242/05 – REJEIÇÃO PELO SENADO FEDERAL.REVOGAÇÃO.INCONSTITUCIONALIDADE. VIOLAÇÃO DO	<a href="#">PEDILEF nº 2007.38.00.74 0109-3/ MG</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 14/02/2014</a>


 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS




	<p>PRINCÍPIO DA ISONOMIA – RECÁLCULO DA RMI DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NO PERÍODO DE 28/03/2005 a 20/07/2005 - INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.</p>				
118.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. SERVIDOR PÚBLICO. FILHO MAIOR INVÁLIDO. INVALIDEZ OCORRIDA APÓS O ÓBITO DO INSTITUIDOR. BENEFÍCIO INDEVIDO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDA.</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 0501099-40.2010.4.05.8400 / RN</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 14/02/2014</a></p>
119.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. REVISÃO. CONCESSÃO APÓS VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.213/91. RETROAÇÃO. LEI 6.950/81. DIREITO ADQUIRIDO. NOVO CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. PERÍODO COMPREENDIDO NO "BURACO NEGRO". RECÁLCULO E REAJUSTE COM APLICAÇÃO DO ART. 144 DA LEI N. 8.213/91. PRECEDENTES DO</p>	<p><a href="#">PEDILEF nº 0002528-67.2009.4.03.6306/ SP</a></p>	-----	TEMA JULGADO	<p><a href="#">Acórdão DOU de 12/03/2014</a></p>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS


	STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.				
<b>120.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO.	<a href="#">PEDILEF nº 5007045-38.2012.4.04.7101/RS</a>	-----	<b>EM REVISÃO</b>  <b>NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 134)</b>	<a href="#">Acórdão DOU de 12/03/2014</a>
<b>121.</b>	TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. SERVIDORA PÚBLICA PORTADORA DE DOENÇA. ART. 6º, XIV, DA LEI 7.713/88. ISENÇÃO SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADORIA E NÃO REMUNERAÇÃO. ART. 111, II, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. NORMA ISENTIVA. INTERPRETAÇÃO LITERAL.	<a href="#">PEDILEF nº 0066157-33.2004.4.01.3400/DF</a>	-----	TEMA JULGADO	<a href="#">Acórdão DOU de 25/04/2014</a>
<b>122.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RENDA PER CAPITA INFERIOR A ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO. MISERABILIDADE.	<a href="#">PEDILEF n. 5000493-92.2014.4.04.7002</a>	<a href="#">Decisão DOU de 13/11/2015</a>	<b>EM JULGAMENTO</b>	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	PRESUNÇÃO RELATIVA OU ABSOLUTA.				
<b>123.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO CONCEDIDO EM SEDE DE TUTELA ANTECIPADA. NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES PERCEBIDOS.	<a href="#">PEDILEF N. 5000711-91.2013.4.04.7 120</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>124.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. NECESSIDADE DE AUXÍLIO PERMANENTE DE TERCEIROS. ADICIONAL DE 25%. EXTENSÃO PARA OUTROS BENEFÍCIOS DIVERSOS DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.	<a href="#">PEDILEF N. 5000890-49.2014.4.04.7 133</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>125.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS ORIGINÁRIO E DERIVADO. DECADÊNCIA. PRAZO AUTÔNOMO.	<a href="#">PEDILEF N. 5049328-54.2013.4.04.7 000</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>126.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. QUESTÃO NÃO ANALISADA PELA ADMINISTRAÇÃO. LIMITAÇÃO AO CONTROLE DE LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO	<a href="#">PEDILEF N. 5017206-98.2012.4.04.7 201</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>127.</b>	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO.			<b>EM JULGAMENTO</b>	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	ISENÇÃO SOBRE REMESSAS COM VALOR MÁXIMO DE US\$ 100 (CEM DÓLARES). RESTRIÇÃO PARA AQUELAS QUE NÃO ULTRAPASSEM US\$ 50 (CINQUENTA DÓLARES) POR MEIO DE PORTARIA E INSTRUÇÃO NORMATIVA.	<a href="#">PEDILEF N. 5027788-92.2014.4.04.7 200</a>			
<b>128.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. VIGILANTE. ATIVIDADE ESPECIAL. DECRETO N. 2.172/97.	<a href="#">PEDILEF N. 0502013-34.2015.4.05.8 302</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>129.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO . AJUDA DE CUSTO. REMOÇÃO A PEDIDO. PROCURADOR DA REPÚBLICA.	<a href="#">PEDILEF N. 5013078-13.2013.4.04.7 003</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>130.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. INCIDÊNCIA DO IRSM PARA CORREÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO ANTERIORES A MARÇO DE 1994.	<a href="#">PEDILEF N. 5003519-62.2014.4.04.7 208</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>131.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA HÍBRIDA. ATIVIDADE	<a href="#">PEDILEF N. 5009416-</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS


	RURAL. PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO OU IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO.	<a href="#">32.2013.4.04.7 200</a>			
<b>132.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO . ÍNDICE DE 13,23%. EXTENSÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL OU REVISÃO GERAL.	<a href="#">PEDILEF N. 0512117- 46.2014.4.05.8 100</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>133.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. SEGURADO DESEMPREGADO. CÔMPUTO DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.	<a href="#">PEDILEF N. 0061802- 74.2009.4.03.6 301</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>134.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. MEMORANDO CIRCULAR CONJUNTO 21/DIRBEN/PFEINS S. INTERRUÇÃO DOS PRAZOS.	<a href="#">PEDILEF N. 5004459- 91.2013.4.04.7 101</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>135.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.523-9/1997.	<a href="#">PEDILEF N. 5018558- 45.2013.4.04.7 108</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DECADÊNCIA. PRAZO DECENAL.				
<b>136.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AJUDA DE CUSTO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REMOÇÃO A PEDIDO. INTERESSE PARTICULAR OU PÚBLICO.	<a href="#">PEDILEF N. 5003295- 82.2013.4.04.7 104</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>137.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO . GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO. GDPGPE. PARIDADE ENTRE SERVIDORES EM ATIVIDADE E INATIVOS ATÉ AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.	<a href="#">PEDILEF N. 5028485- 59.2013.4.04.7 100</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>138.</b>	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAI S 20/1998 E 41/2003. COEFICIENTE DE INCREMENTO. ÍNDICE DE REAJUSTE DO TETO.	<a href="#">PEDILEF N. 5001628- 31.2013.4.04.7 211</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>139.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO . AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO. EQUIPARAÇÃO COM OS TRIBUNAIS SUPERIORES.	<a href="#">PEDILEF N. 0015636- 42.2013.4.03.6 301</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	
<b>140.</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO . REMOÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR.	<a href="#">PEDILEF N. 5017129- 12.2014.4.04.7 107</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	PROCURADOR FEDERAL. EXISTÊNCIA OU NÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO.				
141.	DIREITO ADMINISTRATIVO . REMOÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. EXISTÊNCIA OU NÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO.	<a href="#">PEDILEF N. 5027941-37.2014.4.04.7 100</a>		<b>EM JULGAMENTO</b>	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS